

Adalberto Alves

O ÁRABE NO LÉXICO PORTUGUÊS



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

O ÁRABE NO LÉXICO PORTUGUÊS

AUTOR

ADALBERTO ALVES

EDITOR

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

EDIÇÃO

ANTÓNIO SANTOS TEIXEIRA
SUSANA PATRÍCIO MARQUES

ISBN

978-972-623-265-0

ORGANIZAÇÃO



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

Academia das Ciências de Lisboa

R. Academia das Ciências, 19

1249-122 LISBOA

Telefone: 213219730

Correio Eletrónico: geral@acad-ciencias.pt

Internet: www.acad-ciencias.pt

Copyright © Academia das Ciências de Lisboa (ACL), 2015

Proibida a reprodução, no todo ou em parte, por qualquer meio, sem autorização do Editor

O ÁRABE NO LÉXICO PORTUGUÊS

Adalberto Alves

As palavras sempre nos acompanharam, qual sombra. E, ao pristinamente sermos, com elas fomos nomeando sentimentos, ideias e tudo aquilo que nos era dado perceber. Assim, palavra a palavra, nos humanizámos e ascendemos à possibilidade da sapiência.

A força da linguagem, de que logo a Epopeia de Gilgamesh, há milhares de anos, deu o primeiro testemunho escrito conhecido, revelou-se capaz de colocar na palavra a leveza de uma carícia ou a violência de um gládio.

Por isso, os poetas antigos, seus sacerdotes, eram, ao mesmo tempo, amados e temidos, mesmo pelos poderosos, porque dominavam a misteriosa alquimia verbal, que tanto libertava o louvor, como o anátema ou a revolta.

Maomé, provavelmente, ele próprio poeta, não deixou de advertir contra “esses homens que erram pelos vales e dizem o que não sentem”.

Muitos séculos depois, Pessoa, grande amante da Civilização dos Árabes, parece dar-lhe razão, ao afirmar que “o poeta é um fingidor”.

Mas digo-vos, como modesto poeta que também sou, que “fingir” pela palavra, poetando, não é senão exprimir esteticamente a ambiguidade que subjaz à contingência de existir.

A Nova ciência, nomeadamente a revolução quântica, de alguma forma, veio confirmar a intuição de místicos e poetas de que indeterminação e impermanência tudo passam. E essa postura cedo teve os seus avatares na cidadela da Filosofia moderna.

Muito na sequência do que os gnósticos, nomeadamente o sufi Ibn ‘Arabî, haviam dito, recordo o que disseram os filósofos Wittgenstein, acerca da indizibilidade de certas realidades íntimas, e Derrida, a propósito da abissalidade disseminatória do texto, todos eles questionando a ambiguidade latente nos vocábulos, assim que os integramos numa narrativa.

Cada leitor, ao ler, vai imprimir-lhes uma particular significação através do acto da sua leitura, tal como cada observador, condiciona o objecto da sua visão através do simples acto de observar.

O grande cientista holandês, Frederick J.J. Buytendijk, afirmou certamente:

“Não há nascimento da palavra...A palavra não tem origem, ela é origem...Nasce num salto, sob a forma de uma troca, de um despertar, de uma mutação...”

Na minha ignorância, não creio, e que me perdoe quem pensa o contrário, no positivismo linguístico e nas suas elaboradas e rígidas regras de derivação e transformação fonética.

Creio no mistério por detrás de cada palavra, tão profundo como o do ser.

Repare-se que, nos textos sagrados do monoteísmo, a força criadora não reside no gesto mas na palavra: para judeus e cristãos, essa palavra é fiat!, -faça-se !-, ou para os muçulmanos, kun!, -sê!-.

Entre nós e as palavras, existe uma inexplicável cumplicidade simbólica de natureza arquetípica.

O árabe no léxico português é hoje o nosso tema e, desde já, cumpre-me confessar que cumpri-lo, tal qual está enunciado, será, talvez, um pouco redutor.

Na verdade, a minha investigação levou-me a concluir que a marca árabe no nosso idioma está muito longe de se confinar ao léxico, como irei procurar evidenciar.

O português, enquanto idioma, foi, se me permitem a expressão, talvez o maior difusor linguístico da história da humanidade.

Desde a nossa emergência como nação, com a diáspora dos Descobrimentos e com o destino do Império, depositámos, em todos os cantos da terra, sementes da nossa língua e recolhemos, em troca, rebentos dos mais desvairados falares.

Para referir o que dos Árabes recebemos, é mister trazer à colacção o fenómeno a que os linguistas chamem adstrato, conceito que exprime a dinâmica da interacção de um idioma com outro, dentro de um dado espaço geográfico.

A tendenciosa propaganda medieval, de cariz religioso, que veio a dominar boa parte da historiografia europeia, até ao século XIX, sempre pintou o relacionamento entre os reinos cristãos e árabes apenas com as cores chocantes do saque e da degola: nessa visão, na península, tudo não passou de guerra constante e interminável entre a cruz e o perro infiel, como era chamado o muçulmano, sempre apresentado como a sombra sem rosto de um outro radicalmente diferente e oposto.

Em Portugal, tal visão só veio a ser, posta em crise, graças à proibidade e à intuição histórica de Herculano que, na História de Portugal, introduz, pela primeira vez, os Árabes como protagonistas de carne e osso, ao evidenciar que as relações entre

as duas civilizações não se basearam apenas no conflito mas também, em numerosas ocasiões, em cumplicidades e alianças.

A rápida ocupação da Hispânia pelas hostes do Crescente mostra-nos que a grande maioria das cidades visigodas não foi tomada por conquista: essas cidades aceitaram antes compromissos, vertidos em pactos de capitulação, nos quais, em muitos casos, foi previsto que, numa primeira fase, o respectivo governo fosse mesmo mantido nas mãos da nobreza visigoda.

Além disso, a judeus e cristãos era garantida, em termos dignos, liberdade de comércio, de culto, e foro próprio. Nesse tipo de ordenamento jurídico, chapéu comum debaixo do qual se abrigavam as comunidades das três religiões, consideradas pelos Árabes como as dos Povos do Livro, é que os nossos reis se viriam a inspirar, mais tarde, ao instituírem os forais.

Iniciada a imprópria e revanchistamente chamada reconquista cristã, o que as fontes deixam escapar são relatos de almocreves cruzando fronteiras para irem mercadejar na terra do outro, clérigos que, junto dos melhores físicos árabes, procuram alívio para os seus males, ou amores furtivos de mouras e cristãos, ou vice-versa.

Se a rivalidade política, por vezes, não excluía episódios cruentos, tinha-se instituído, todavia, um quotidiano tolerante, absolutamente inédito na Alta Idade Média. Não faltavam exemplos de intercâmbios de toda a ordem, incluindo, como dissemos os amorosos: disso é exemplo flagrante, o infante D. Martim Chichorro, filho de D. Afonso III, nascido de uma moura.

Por outro lado, o arabófilo Afonso X, o Sábio, de Castela, avô do nosso D. Diniz, ia ao ponto de usar, habitualmente um manto com os versículos do Alcorão e de se chamar, a si próprio, imperador das três religiões.

As incontáveis lendas de mouros e de mouras, que o nosso povo guardou no baú precioso da memória colectiva, espelham bem a grande fascinação que os árabes exerceram sobre o imaginário português. Por detrás desse fascínio lendário, está bem de ver, escondem-se, não raro, genuínas ocorrências históricas.

Nesses tempos, as cortes cristãs e muçulmanas usavam fazer largo intercâmbio de bailarinas, escravas-cantoras e trovadores que, em muitos casos, eram perfeitamente bilingues.

Pormenor importante é o de os poetas árabes do Alandalus, terem inventado novas formas poéticas estróficas, como as moaxas que, escritas em árabe, eram rematadas, na grande maioria dos casos, com carjas, estrofes escritas em romance (românico).

Assim, grande foi o encadeamento da nossa poesia trovadoresca com a poesia árabe medieval.

Não admira, assim, que os nossos primeiros reis, bem cientes das superiores e mais sofisticadas capacidades dos Árabes, não só a nível artístico, mas também em todos os ramos do saber, tivessem querido salvar tais capacidades, protegendo as gentes do Crescente. Por isso, uma vez operada a conquista cristã, viram consagrada, através do ordenamento jurídico dos forais, a protecção dos seus direitos de cidadania.

Voltando ao tal conceito de adstrato, que nos remete para a osmose linguística de sociedades postas em contacto.

Esse contacto, em termos simplificados, desenrolou-se em três fases:

- Latim vulgar (romança) versus árabe;

- Leonês versus árabe;

Autonomização linguística do português, a partir do leonês (Condado Portucalense).

As interferências civilizacionais, no caso de padrões de cultura e níveis de sofisticação diversos, tendem sempre para o mesmo desfecho: a cultura do povo mais evoluído, mesmo no caso de ter sido o conquistado, acaba por impregnar significativamente a cultura do conquistador, inclusive a nível linguístico.

Já Arnold Toynbee, no seu famoso *Um Estudo de História*, chamava a atenção para esse fenómeno.

E assim sucedeu, por exemplo, com o grego, em relação ao latim e com o persa e o turco, em relação ao árabe.

Como poderia, então, ter sucedido de forma diferente, com o idioma português, a nível de adstrato, se a interacção a que esteve exposto remonta, no seu início, ao século VIII, e se veio a prolongar, para só falarmos do território nacional, até finais do século XV?

Por isso, cedo me convenci de que tantos séculos de imbricação entre duas culturas, e sendo a muçulmana era tão notoriamente mais avançada, não poderiam ter dado lugar apenas a umas poucas centenas de empréstimos na nossa língua, como era suposto desde há séculos.

E essa minha convicção era reforçada pela circunstância de o processo de interacção se ter iniciado quando o português ainda se encontrava numa fase proteica, ou seja embrionária, do seu período formativo.

De D. Afonso Henriques a D. Dinis, como é de todos sabido, os documentos oficiais eram ainda escritos em latim, já que só no reinado do rei-poeta foi decretado, por fim, o uso neles da língua portuguesa.

O mais antigo texto não-literário conhecido, escrito em português, é um pacto de não-agressão, firmado entre os irmãos Gomes Pais e Ramiro Pais, fidalgos da região de Braga.

Encontra-se ele vertido em documento da Torre do Tombo, de data incerta, mas que a análise paleográfica permite concluir ser anterior a 1175.

Por outro lado, o mais antigo texto literário, que até nós chegou, é um célebre poema, datado de 1189, da autoria de Paio Soares (de Taveirós): a chamada Cantiga da Garvaia ou Cantiga da Ribeirinha, cantiga essa dedicada a Maria Paes Ribeiro, a Ribeirinha, amante de D. Sancho I.

Eis um trecho dessa composição, meio amorosa, meio irónica:

No mundo, non me sei parelha
mentre me for como vai,
ca já moiro por vós e ai,
mia senhora branca e vermelha!
queredes que vos retraia
quando vos vi em saia?
mao dia me levantei
que vos entom nom vi feia.

E mia senhora, des aquela
me foi a mi mui mal, di'ai!
.....
d'haver eu por vós garvaia:
pois eu, mia senhora, d'alfaia
nunca de vós houve nem hei
valia d'ua correa.

Sobre a palavra garvaia, que dá o título à canção, apesar da controvérsia entre os especialistas, chegou-se à conclusão de que se trata de um manto ou mantilha usado pelos mouros. O que, de todo, se desconhecia era qual fosse o étimo da palavra.

Afinal, parece-me ter encontrado a solução simples do “mistério”: trata-se do árabe garbîyya (do Algarve, algarvia), ou seja, teria esse nome por ser uma veste típica dos mouros algarvios ou proveniente da sua região.

A importância disto consiste no aparecimento logo no primeiro poema, que se conhece, escrito em português, de um arabismo que até chega a dar o título à cantiga.

Como etapas de penetração do árabe no português podemos, grosso modo, apontar seguintes:

- 1ª De D. Afonso Henriques até D. Afonso III, em que se completa, no século XIII, a conquista de território aos Mouros;

- 2ª De D. Afonso III até D. Manuel I, com a “expulsão” oficial dos mouros, meio verdadeira, meio simulada, em 1496;

- 3ª De 1496 até à extinção da Inquisição, em 1821;

- 4ª De 1821 até à actualidade.

Nas duas primeiras etapas, a osmose linguística actua sobretudo através dos intercâmbios transfronteiriços, da influência dos muladis¹, dos mudéjares² e dos moçárabes³.

Na terceira etapa, os cripto-muçulmanos mouriscos⁴, os mouros trânsfugas acolhidos em Portugal e os mouros de pazes⁵, conseguem ainda, de algum modo, retardar um pouco o declínio, em território nacional, da osmose cultural entre muçulmanos e cristãos.

No entanto, a partir de 1496, as medidas tomadas, primeiro contra os muçulmanos e depois contra os mouriscos empurram essas minorias para a obnubilação total: durante este período, o uso da língua árabe falada ou escrita é interdito, são extintas as comunas de mouros e mourarias, e os respectivos direitos e prerrogativas abolidos, incluindo a prática da religião muçulmana e a celebração dos seus festejos. Só conseguem persistir, a nível cultural, alguns resquícios marginais, entre as quais formas primitivas do fado (hadû), embora praticadas de forma clandestina.

Quando a expansão ultramarina de Portugal atinge o seu cume, novas osmoses acontecem, não só no Magrebe, mas também no Golfo da Guiné, na África Oriental, no

¹ Muladi: cristão que fica no Alandalus e se converte ao Islão (de muwallad, “mestiço”).

² Mudéjar: muçulmano que vivia sob soberania cristã (de mudajjan, “submetido”).

³ Moçárabe: cristão que vive sob soberania muçulmana (de musta’arabî, “arabizado”).

⁴ Mourisco: mouro que, para viver sob soberania cristã, fora forçado a tornar-se cristão.

⁵ Mouros de Paz: mouros de tribos que, em Marrocos, prestavam vassalagem a Portugal.

Índico e no Golfo Pérsico, regiões onde o árabe circulava amplamente como língua franca. Em todas essas paragens de influência muçulmana, a nossa língua recolhe uma enorme quantidade de empréstimos lexicais árabes que vêm reforçar o contingente do anterior léxico semita.

Por outro lado, recorde-se que só em 1719 se vem a verificar o abandono de Mazagão, após três séculos de ininterrupta presença em terras marroquinas, com as correspondentes sobreposições linguísticas e culturais.

Na quarta etapa, ao tempo da extinção da Inquisição, já mouros e mouriscos se encontram totalmente absorvidos pela população restante, os quais, da sua herança muçulmana, já só guardavam uma vaga e mítica memória, circunscrita a lugares e lendas. No entanto, o cante alentejano e o fado, este recuperando o seu clandestino nome árabe, ainda reenviavam, poética e musicalmente, para essa longínqua lembrança.

Portugal, que passara a viver, desde então, quase de costas voltadas para o Mundo Árabe, só com o 25 de Abril, pôde retomar essas relações, e a começar, assim, a reencontrar uma parte importante do seu passado.

Actualmente, uma minoria muçulmana, de cerca de 50.000 crentes, vive bem integrada na sociedade portuguesa, constituindo também factor relevante para a entrada de novos arabismos no português, sobretudo no que concerne aos ligados à sua prática religiosa.

Refira-se, ainda hoje, a tradicional presença regular dos pescadores portugueses, por longos períodos, ao longo da costa de Marrocos e Mauritânia, de onde importaram numerosos termos ligados à navegação, à fauna marinha e às artes da faina do mar.

Do mesmo modo, não se pode deixar de mencionar a comunidade dos PALOP, com numerosas minorias muçulmanas, avantajando-se entre elas a do Brasil com uma comunidade árabe de cerca de dez milhões de pessoas, sobretudo de origem sírio-libanesa.

O fenómeno da globalização da informação também vai contribuindo com termos que, diariamente nos vão massacrando os ouvidos, infelizmente pelos maus motivos, uma vez que somos familiarizados, sobretudo, com as vozes de desgraça, que nos chegam do Médio Oriente e de outras partes do mundo onde grassa o fundamentalismo paranóico de pretexto islâmico.

No que respeita a esta interacção linguística, imperavam indiscutidas, até a data da publicação do meu trabalho, várias ideias feitas, a saber:

1. O número de palavras de origem árabe andaria entre os 700 e 1.000 vocábulos (ideia avançada por Carolina de Michaelis);

2. Tais vocábulos seriam, essencialmente, substantivos;
3. Esses arabismos seriam, na sua quase totalidade, os começados por al;
4. O português não passaria de uma língua quase latina e, aliás, em termos etimológicos, pouco diferenciada das restantes do grupo românico;
5. A influência da língua árabe, designadamente na toponímia, seria muito mais relevante a sul do Tejo do que a norte do mesmo;
6. O castelhano seria muito mais arabizado do que o português.

À medida que eu ia procurando aprofundar outros domínios da cultura árabe, ia concomitantemente despertando em mim a consciência de que uma contrafacção, em larga escala, a nível linguístico, deveria forçosamente existir não passando as seis ideias antes enunciadas, de um autêntico mito.

Um outro facto, em particular, havia chamado, entretanto, a minha atenção: uma equipa de linguistas britânicos tinha levado a cabo, há não muitos anos, uma reavaliação lexical do inglês, tendo em vista avaliar o impacto da presença dos Normandos, durante cerca de dois séculos, em território da Grã-Bretanha, da qual tinham sido expulsos no século XIII.

E esses linguistas chegaram a uma conclusão verdadeiramente surpreendente: pouco mais de dois séculos de dominação dos Normandos havia chegado para que o inglês perdesse parte substancial das suas características germânicas, a ponto de mais de 80% do seu léxico ser, como ainda hoje é, de origem franco-românica.

E daí a lógica interrogação que logo se me pôs: se dois séculos bastaram para operar uma tal transformação, que milagre teria podido permitir ao português permanecer tão imune ao árabe durante os oito séculos que durou o domínio, mais ou menos alargado do Crescente, na Península Ibérica?

Esta minha suspeita mostrou ter toda a razão de ser ao chegar-me posteriormente às mãos uma volumosa obra, então acabada de publicar, e que até aí não passava de um obscuro manuscrito seiscentista, intitulado *Diccionario de Arabismos: recopilación de algunos nombres arábigos*.

O seu autor, Diego de Guadix, um franciscano da região granadina, apresentava no livro esta sua justificação de competência:

Esta língua árabe é, para mim, quase materna, por havê-la aprendido e sabido, desde menino (pág.13).

Ora o sábio franciscano, que tão bem conhecia o latim, o grego e o árabe, mostra não ter, como hoje se diz, papas na língua, ao afirmar, de forma frontalmente peremptória:

Os inventores ou embusteiros da língua latina burilaram e aconchegaram (o idioma árabe) à sua maneira latina e fazem-no entrar através da terceira declinação dos seus nomes latinos, para servirem na sua língua latina.

Qualquer frase ou maneira de falar, que fosse comum a cristãos e árabes, não era possível terem-na os árabes aprendido dos cristãos, mas antes os cristãos dos árabes.

Esta conclusão, bem fundamentada ao longo do seu desenvolvido trabalho, não pode, modo algum, ser levada à conta de arabofilia do autor em causa, se tivermos em conta que ele era, nem mais nem menos, do que confessor da Inquisição, precisamente a feroz perseguidora dos suspeitos de filo-islamismo.

O referido trabalho de contrafacção começa, logo na Idade Média, sobretudo a partir de Afonso X, o Sábio, de Castela, nomeadamente com a tradução de tratados árabes relativos às Ciências e à Filosofia.

Os clérigos, nesses tempos quase os únicos letrados, topavam, todavia, com uma dificuldade de monta: por um lado, queriam apagar das traduções os termos árabes, denunciadores da mácula do infiel, mas por outro, não tinham disponíveis, para a tradução, equivalentes idóneos no léxico latino, uma vez que encalhavam, a cada passo, com conceitos e realidades científicas e filosóficas novas que os árabo-muçulmanos haviam criado ou descoberto, muito para além da herança greco-latina.

Que fazer, então?

A solução encontrada foi a da falcatrua linguística, denunciada, com veemência, por Diego de Guadix: esses clérigos letrados pegavam na palavra árabe e, conforme o caso, limitavam-se a helenizá-la ou a latinizá-la, disfarçando a sua origem semita.

E assim, esses termos mascarados acabavam por passar depois para os dicionários, como se originalmente viessem do latim ou do grego.

A tais vocábulos costumo eu rotular, jocosamente, consoante o caso, de arabim ou arabrego.

Deste modo, ganhou foros de cidade, para usar mais uma expressão de Diego de Guadix, “a praga de usar nomes e verbos árabes sem os reconhecer como tais”.

A nível científico, por exemplo, no campo da Botânica e da Zoologia, seguimos Lineu usando, ainda hoje, as conversões, em latim ou grego, da terminologia científica árabe, prolongando uma “xenofobia linguística” imprópria do século em que vivemos.

Já totalmente certo do que se havia passado, impunha-se-me tentar perceber as proporções da contrafacção o que me levou a um longo trabalho de vários anos para derrubar os seis mitos que já referi.

E assim pude concluir que, salvo melhor opinião,

1º As palavras ou expressões recolhidas totalizam, não 700 nem mesmo 1.000 termos: são quase 19.000;

2º Os milhares de expressões ou vocábulos que recolhi, entre primitivos e derivados, são apenas substantivos: muito pelo contrário, integram todas as classes de palavras: adjectivos, verbos, topónimos, antropónimos, advérbios, locuções, interjeições, preposições, pronomes, etc.;

3º Também as palavras começadas por al não são a maioria: representam, afinal, apenas cerca de um terço dos verbetes do Dicionário;

4º Se é verdade que o latim deve continuar a ser considerado a base do português, impõe-se, todavia, a revisão em baixa da sua quota lexical na formação da língua, em face deste aumento exponencial do número de arabismos reconhecidos, que constituem, ao que julgo, o segundo elemento mais importante na formação do nosso idioma.

5º A toponímia de origem árabe, contrariamente ao que também se supunha, parece ser bem mais abundante do Minho ao Tejo do que a sul deste, o que pode compreender-se, não só pela superior densidade de povoamento a norte do território, como pelo grande papel que, nomeadamente, as comunidades moçárabes terão desempenhado nesta região, após a conquista cristã.

6º Finalmente, e em termos comparativos, o português parece superar o castelhano em arabismos. Pelo menos, é essa a conclusão que temos de tirar da abalizada opinião do linguista espanhol Rafael Lapesa, uma vez que ele apenas reivindica para a sua língua 4.000 termos de origem árabe.

O facto pode parecer paradoxal, dada a sobrevivência, por mais tempo, em território hispânico de um território muçulmano, o do reino de Granada.

Todavia, outros factores contrabalançaram e superaram tal facto: a excentricidade do território português manteve-o mais fechado às influências do norte da Europa, nomeadamente França, com as quais Espanha sempre teve fronteira. Isso permitiu que

Portugal conservasse as antigas terminologias árabes, não as substituindo com a mesma facilidade com que o faziam os reinos cristãos da futura Espanha.

Por outro lado, a mais alargada expansão portuguesa para territórios onde o árabe era língua-mãe ou veicular, permitiu-lhe tomar de empréstimo uma mais vasta e acrescida gama lexical.

Lembremos, para exemplificar o que acabo de dizer, apenas estes termos:

Chá / té; alfaiate / sastre; alface / lechuga; romã / granada; tâmara / dactile.

Para finalizar a minha intervenção, gostaria ainda que recordássemos juntos uns quantos exemplos, ao acaso, de arabismos da nossa língua. Alguns deles são dos que figuram ainda nos dicionários com étimos classificados como obscuros ou de origem desconhecida.

SUBSTANTIVOS (apenas das letras a e b):

açucena, achega, açúcar, açude, alaúde, alcaide, alcova, aldeia, alfazema, almenara, almofada, arroz, azul, astrolábio, auge, azar, atalho, atalaia, azáfama, bácoro, badana, baía, bairro, bandeira, bandido, banho, biscate, bochecha, bode, buraco, burla.

ADVÉRBIO: de balde.

INTERJEIÇÃO: arre!

PREPOSIÇÃO: até.

ADJECTIVOS: aldrabão, barato, bisonho, maluco, mesquinho.

VERBOS: aclamar, ajudar, beijar, calar, embaraçar, enganar, fartar, gabar, herdar, lisonjear, marrar, nadar, pasmar, queimar, rachar, saquear, surrar, tomar, uivar, vogar, xaropar, zumbar.

TOPÓNIMOS: Albufeira, Alcântara, Algés, Algoz, Arade, Aveiro, Bensafrim, Cacela, Darque, Enxovia, Falperra, Gafanha, Heja, Idanha, Jales, Lapa, Mogadouro, Nabão, Odemira, Parchal, Queimada, Rabaçal, Sacavém, Taião, Urro, Várzea, Xabregas, Zambujeira.

Diferentemente do que hoje sucede, nos séculos IX a XVI, chegavam-nos do vasto Mundo Muçulmano, ora de perto, ora das mais longínquas paragens orientais, muitas palavras descrevendo sabedorias, sabores, beleza, cheiros como o do jasmim, nomes de constelações e de gemas com brilho de estrelas. Agora, vêm-nos de lá apenas ecos disformes que quase convocam a loucura.

E eis-nos perante mais de 18.000 termos que abrangem toda a panóplia de significações, desde os saberes mais abstractos e científicos às mais comezinhas realidades: refiro, a título meramente exemplificativo, os vocábulos referentes à Agricultura, à Astronomia, à Medicina, à Anatomia, à Matemática, à Arquitectura, à Guerra e à Paz, à Zoologia e à Botânica, à Geologia e à Topografia, à Astronomia, à Geografia, à Literatura, à Filosofia, à Geometria, à Farmacopeia, à Navegação e Artes do Mar, à História, à Música, à Física, à Linguística, ao Lendário e à Espiritualidade.

Mas as diversas entradas não contemplam, como é evidente, apenas as alturas do saber e da beleza: muitas reflectem os aspectos mais sombrios da vida quotidiana e da natureza humana, com o seu cortejo de vilezas, imprecações, insultos, palavrões e soezes insinuações. O trágico da História e o divertido da circunstância risígera vão de par com a sabedoria de um ditado, o clamor de pulsão do sexo ou o sufoco da ganância.

Na gigantesca pegada árabe na nossa língua, é a condição humana que se mostra em toda a sua intemporal grandeza e miséria.

Passado pouco mais de um ano sobre a publicação, novos vocábulos “suspeitos” de aravia me continuam a surgir de páginas de livros e de tabuletas de estradas remotas.

Se me for concedido tempo, talvez essas novas descobertas complementares venham a ser reunidas numa Apostilha ao Dicionário.

Correram em 2013 mil e trezentos anos sobre a chegada do esplendor islâmico à nossa velha Lusitânia. Este meu modesto trabalho mas esforçado trabalho na seara do arabismo acabou por constituir uma singela homenagem à minha língua, em cuja linfa mergulham quase todas as línguas do mundo.

Mas ele não está completo: nenhum dicionário pode ter essa pretensão, pois a Vida, como poderia ter dito Jorge Luís Borges, é infinita como uma biblioteca: enquanto novas palavras estão sempre a surgir, outras definham e são mas ficam registadas e às vezes regressam por repriminção.

Que os que venham a seguir, continuem, certamente mais e melhor do que eu, esta tarefa interminável e na qual não há Ítaca aonde regressar.

Neste tempo ignaro e violento, em que nos coube viver, cabe a todos nós a responsabilidade de defender o património imaterial e precioso das palavras, sem perdermos de vista o que elas representam.

As mais belas e alvinitentes de todas são: Amor e Paz.

E é no que elas me segredam que não posso deixar de depositar toda a minha esperança.

Oxalá! / inxallâh!

*(Comunicação apresentada no Instituto de Estudos Académicos para Sêniores
no ciclo Testemunhos da presença Islâmica em Portugal,
a 9 de Fevereiro de 2015)*